

***USOS DA HISTÓRIA PÚBLICA DIGITAL NO COMBATE À
DESINFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE ENTRE O CAFÉ HISTÓRIA E O
BRASIL PARALELO***

***THE USES OF DIGITAL PUBLIC HISTORY IN THE FIGHT AGAINST
DISINFORMATION: A COMPARATIVE ANALYSIS OF CAFÉ
HISTÓRIA AND BRASIL PARALELO***

Igor Ruann Nóbrega de Medeiros¹

Lucas Mariani Corrêa²

RESUMO: A manipulação de narrativas históricas com interesse político é algo atual não só no Brasil, como em todo o mundo. As ferramentas digitais tornaram-se fortes aliadas na divulgação dessas falsificações da história. Por isso, é importante elencar o que está sendo feito, no âmbito da História Pública Digital, para combater esse fenômeno contemporâneo e auxiliar a população no fortalecimento da consciência histórica. Para isso, este trabalho se propõe a analisar os conteúdos do site Café História, pioneiro em divulgação científica da história no Brasil, em contraponto ao conteúdo produzido pelo portal Brasil Paralelo, acusado de propagar revisionismos históricos com viés ideológico. Com isso, espera-se alcançar um compilado de estratégias de combate à desinformação relacionada a contextos históricos. A análise levanta as particularidades das fontes digitais, os cuidados metodológicos necessários para se trabalhar com elas e a importância da figura do historiador divulgador para fortalecer as narrativas históricas legítimas no ciberespaço.

Palavras-chave: revisionismo histórico; *fake history*; historiador divulgador; fontes digitais.

ABSTRACT The manipulation of historical narratives for political ends is something that is happening not only in Brazil, but all over the world. Digital tools have become strong allies in spreading these falsifications of history. For this reason, it is important to look at what is being done, within the scope of Digital Public History, to combat this contemporary phenomenon and to help the population strengthen their historical awareness. To this end, this work aims to

¹ Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (2015). E-mail: igor.ruann@gmail.com

² Doutor em História pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP. E-mail: lucas.mariani.correa@gmail.com

analyze the content of the Café História website, a pioneer in the scientific dissemination of history in Brazil, in contrast to the content produced by the Brasil Paralelo portal, accused of propagating historical revisionism with an ideological bias. The aim is to compile strategies to combat disinformation related to historical contexts. The analysis raises the particularities of digital sources, the methodological care needed to work with them and the importance of the historian as a disseminator to strengthen legitimate historical narratives in cyberspace.

Keywords: historical revisionism; fake history; historian disseminator; digital sources.

Introdução

Nos últimos anos, assistimos a uma escalada de revisionismos históricos sem embasamento científico e com intenção de fortalecer os ideais políticos da ultradireita. Esses revisionismos são amplamente divulgados à população com o auxílio das ferramentas digitais. Assim, é fundamental que o conhecimento histórico produzido na academia chegue às pessoas de maneira acessível, tanto no meio quanto na linguagem, para que haja um contraponto baseado na ciência e que ajude a população no fortalecimento da consciência histórica³.

A História Pública tem papel decisivo nessa missão, pois é um campo que se dedica à divulgação do conhecimento histórico fora dos espaços formais de educação e ciência. Referência do tema no Brasil e idealizador do portal de divulgação científica Café História, o historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016) entende a História Pública como uma ferramenta utilizada pelo historiador profissional para engajar o público geral em uma construção crítica, participativa e emancipatória do conhecimento histórico, utilizando, para isso, os mais diversos recursos metodológicos e tecnológicos.

O fazer colaborativo das redes sociais online vem expandindo as possibilidades de construção desse conhecimento pluridisciplinar. Dicotomias como autoridade/leigo e autor/consumidor são desafiadas a partir do uso das novas tecnologias da informação e comunicação. Nesses espaços digitais, onde se constrói uma História Pública de amplas proporções, os historiadores não têm a função apenas de divulgar conhecimento para o público, mas de construí-

³ Partimos do pressuposto de que, assim como problematizam e enfatizam Jörn Hüsen (2001) e Agnes Heller (1993), a consciência histórica é inerente à condição humana. Ou seja, é natural da vida prática, já que a ideia de historicidade do ser humano (para além do simples conhecimento do passado) é uma necessidade de se compreender no mundo e atribuir sentido (de modo intencional, ou não). Evidencia-se a importância dessa consciência para a formação e organização da coletividade. Em vista disso, destacamos a importância dos processos de ensino de História e da divulgação de conteúdos criados com seriedade metodológica (Cerri, 2011).

lo junto aos usuários da rede. Nesse sentido, segundo Malerba (2017, p.10), “o passado seria reconhecido como o terreno social em constante mudança, e os historiadores e o público deveriam cooperar e trocar ideias de modo a que sua expertise pudesse satisfazer as necessidades, desejos e conhecimento cultural do outro”.

Este trabalho busca investigar se (e como) os historiadores brasileiros estão construindo, nos espaços digitais, estratégias de combate a discursos que promovem a desinformação e falsificações da história, as *fake history*. Os negacionismos estão invadindo a esfera pública e as escolas, portanto, faz-se importante entender como as narrativas históricas são manipuladas através das ferramentas digitais e o que está sendo feito para combater o discurso falseador e anticientífico a partir de iniciativas da história pública digital.

Começa-se abordando a importância da História Pública e seu desenvolvimento desde os anos 1970, quando foi conceituada. Além disso, será discutida a participação da História no universo das Humanidades Digitais, elaborando sobre os desafios da produção de conhecimento histórico a partir das novas ferramentas tecnológicas. Veremos também como a disciplina lida com o uso de fontes digitais e quais são as problemáticas do campo da História Digital para o fazer historiográfico, ressaltando a importância da adaptação do historiador aos meios digitais.

Para alcançar os objetivos propostos, a discussão segue com uma análise comparativa entre o site Café História e a plataforma Brasil Paralelo, a partir dos conteúdos publicados por eles, de 2021 a julho de 2024, em relação aos conflitos entre Israel e Palestina. O primeiro é um dos mais relevantes canais online de História Pública do Brasil, enquanto o segundo produz conteúdo multimídia de cunho histórico, muitas vezes apostando em “revisionismos ideológicos”, e que acaba sendo muito utilizado como fonte por negacionistas. Essas narrativas históricas manipuladas são “fruto de uma produção que prescinde da ética de pesquisa e se vale de manipulações de dados e informações a fim de favorecer determinadas percepções da história e as falsificações de acontecimentos e registros em nome de demandas políticas e sociais” (Menezes, 2019, p. 75). A longo prazo, sua disseminação pode desvalidar o conhecimento histórico-científico produzido na academia, enfraquecendo a noção histórica do público geral.

A importância do escrutínio sob os conteúdos publicados pelo Brasil Paralelo ganha ainda mais força por causa do seu uso como referência em conhecimento histórico, nos ambientes educacionais formais e informais. Em 2019, a TV Escola, estatal ligada ao Ministério da Educação (MEC), exibiu a série “Brasil: a última cruzada”, acusada de minimizar o genocídio indígena e a

história dos negros escravizados⁴. A exibição rendeu uma nota de alerta da regional São Paulo da Associação Nacional de História (ANPUH), que descreveu o material como “propaganda ideológica de um grupo extremista”, afirmando que ele propaga uma “narrativa negacionista, sem lastro em pesquisas historiográficas reconhecidas pela comunidade científica”⁵. Em 2024, o estado de São Paulo citou um artigo do Brasil Paralelo como referência para um material produzido para os professores da rede estadual⁶.

História Pública: conceitos e contexto

Na Europa, mais especificamente na Inglaterra, o conceito de História Pública como conhecemos hoje começou a ser cunhado a partir de projetos surgidos entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970 que se preocupavam em “desvendar como são processados os usos políticos da história e em descobrir como diferentes grupos sociais elaboram seus sentidos do passado” (Carvalho, 2016, p.36). O uso público da história era voltado para fins político-ideológicos, na busca pela justiça social de grupos marginalizados da história acadêmica, como os trabalhadores, estudantes e feministas (Almeida e Rovai, 2011).

Nos Estados Unidos, a História Pública esteve primeiro relacionada à atuação dos historiadores fora do meio universitário, passando a denominar um novo campo de atuação e reflexão dos historiadores em instituições como museus, arquivos e empresas. O termo foi cunhado em 1975 pelo historiador Robert Kelley, professor da Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara, para abrir novos horizontes aos historiadores que enfrentavam uma grande crise de desemprego nas universidades.

Cauvin (2019) aponta que a maioria dos artigos escritos sobre o desenvolvimento da História Pública e a criação do campo nos anos 1970 são de escritores norte-americanos, o que passa a impressão, para ele, errônea, de que foi nesse país e nesse recorte temporal que as práticas públicas da história nasceram. Na verdade, o que nasceu então foi a institucionalização do movimento por meio da criação de programas universitários, como o Programa de Pós-Graduação em Estudos de História Pública, criado em 1976, em Santa Bárbara, que inspirou vários outros

⁴ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/tv-ligada-ao-mec-vai-exibir-serie-sobre-de-historia-com-visao-de-direita.shtml>. Acesso: 27.jun.24

⁵ Ver <https://anpuh.org.br/index.php/gt-de-historia-ambiental/item/5585-nota-de-alerta-2019>. Acesso: 27.jun.24

⁶ Ver <https://www.folhape.com.br/noticias/depois-de-aula-com-material-do-mbl-rede-estadual-de-sp-usa-brasil/333880/>. Acesso em: 27.jun.24

cursos com a mesma perspectiva – uma década depois, já existiam outros 75 cursos em instituições de ensino pelo país (Shopes, 2016); da criação da revista *The Public Historian* e do Conselho Nacional de História Pública (NCPH), em 1979. No mundo todo, surgiu a “percepção de que a História Pública era um modelo dos Estados Unidos” (Cauvin, 2019, p. 16).

A atuação dos historiadores na esfera pública data muito antes disso. Contudo, a conexão com o público foi enfraquecendo desde o fim do século XIX, quando a história se torna uma disciplina profissional, com foco na objetividade científica, e a publicação acadêmica passa a ser o principal canal de disseminação de trabalhos dos historiadores. Como fala Cauvin (2019, p.11), “os historiadores profissionais passaram a se dirigir a audiências cada vez mais específicas – seus pares acadêmicos –, no intuito de se afastarem de um estilo de escrita popular”.

A história da História Pública, enquanto termo ou conceito, se conta nos Estados Unidos como uma estória interna, segundo a qual alguns emissários desse país a apresentam enquanto prática para o resto do mundo. Mas o fato é que, dos anos 70 aos 80, muitos países do Ocidente tiveram uma expansão similar na profissionalização do patrimônio, na interpretação da história, assim como no movimento da história oral, método do qual proveio a maior parte do ímpeto por projetos comunitários mais amplos (Gardner; Hamilton, 2017, p. 4)

Apesar dessa falsa impressão acerca da “origem” da História Pública, é com o modelo norte-americano que este trabalho lança paralelos. Por seu pioneirismo e abertura na área, é de lá que se encontram exemplos profícuos do uso da História Pública como ferramenta de combate perante as narrativas históricas distorcidas. Nos anos 1990, a História Pública estadunidense ganhou outros contornos, voltados para a comunicação do conhecimento sobre o passado para audiências não acadêmicas através dos *media* e das instituições culturais. Nesse contexto dos Estados Unidos, divulgar e apresentar a história a um público mais amplo passou a ser mais importante do que aplicá-la aos problemas atuais, como em usos governamentais e corporativos.

É a partir dessa premissa de divulgação da história, a partir da prática constante e da “produção de materiais para a circulação e consumo de uma audiência mais ampla do que nossos pares acadêmicos” (Mauad; Almeida; Santhiago, 2016, p. 11) que este trabalho se relaciona. Além disso, lidamos aqui com uma definição brasileira da História Pública. No país, autores como Almeida e Rová, pioneiros nos estudos do campo no país, enfatizam a capacidade de democratização do saber intrínseco a ele. Segundo defendem os autores:

A história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise.[...] Não se trata da eliminação da ciência histórica para a emergência da história pública, e sim das reflexões sobre a atuação do profissional capaz de estimular

a consciência histórica para um público amplo, não acadêmico (Almeida; Rovai, 2011, p.7).

Corroborando com esse pensamento, Cauvin (2016) enxerga que além da participação pública e da comunicação da história a audiências não acadêmicas, a História Pública tem como um de seus pilares a aplicação da metodologia histórica a situações do presente. Ou seja, tornar o conhecimento acadêmico acessível para o grande público não significa afrouxar o rigor teórico-metodológico e a perspectiva crítica, mas buscar novas maneiras de comunicar que sejam acessíveis e atrativas para todos sem que se perca de vista os compromissos éticos do historiador (Gomes, 2019).

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) são grandes aliadas nessa missão e trouxeram novas possibilidades e recursos para uma ampla divulgação da história. Nos anos 1990, com a expansão das TDICs e da internet, os historiadores estadunidenses Roy Rosenzweig e Daniel Cohen construíram projetos precursores no âmbito da História Pública nos meios digitais. Em 1994, Rosenzweig fundou o Centro de História e Novas Mídias (*Center for History and New Media* - CHNM), na *George Mason University*, em parceria com o American Social History Project (ASHP), um centro de pesquisa em História Pública da Universidade da Cidade de Nova Iorque. No site atual da iniciativa, é dito que o RRCHNM (*Roy Rosenzweig Center for History and New Media* – o nome do centro passou a ter as iniciais do seu fundador) usa “mídias digitais e tecnologia informática para democratizar a história, incorporando múltiplas vozes, alcançando audiências diversas e encorajando a participação popular na missão de abordar e preservar o passado”⁷. Entre os mais de 60 projetos desenvolvidos, estão coleções online, software de código aberto e recursos on-line para professores.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, Roy e Daniel participaram da iniciativa “*The September 11 Digital Archive*”, que usa os recursos das mídias digitais para coletar, preservar e apresentar a história desses acontecimentos. O projeto coletou material digital de outros sites, como os de empresas da mídia hegemônica (*The New York Times* e BBC, por exemplo) e iniciativas de “historiadores amadores”. Assim, montaram um repositório que, um ano mais tarde, já incluía mais de 150 mil objetos, entre e-mails, relatos, fotografias e outras fontes digitais. Até hoje, o Arquivo Digital do 11 de setembro é o maior repositório existente sobre essa catástrofe mundial.

Partindo do mesmo princípio, o RRCHNM lançou em 2005 o *Hurricane Digital Memory Bank* (Banco da Memória Digital do Furacão), que coleta registros digitais relacionados aos furacões

7 “At the Roy Rosenzweig Center for History and New Media we use digital media and computer technology to democratize history: to incorporate multiple voices, reach diverse audiences, and encourage popular participation in presenting and preserving the past”. <https://rrchnm.org/our-story/>. Acessado em: 27.nov.23

Katrina e Rita, que assolaram os Estados Unidos no mesmo ano. Mais uma vez, a ideia foi permitir que as pessoas afetadas pela tragédia contassem suas histórias com suas próprias palavras, além de coletar e preservar fontes disponíveis nos meios digitais, utilizando as ferramentas disponíveis com a internet para assegurar a preservação da memória e do registro histórico. O centro segue lançando projetos similares, como o *Pandemic Religion*, que coleta e preserva fontes relacionadas à prática religiosa durante a pandemia de Covid-19.

Ao passo que as discussões sobre História Pública começaram a se intensificar no Brasil, em 2011, as iniciativas de difusão do conhecimento histórico e salvaguarda da memória já estavam acontecendo nas mídias digitais. Um exemplo é o banco de dados “Memórias Reveladas”, projeto criado em 2009 pelo Arquivo Nacional⁸. Construído de forma cooperativa, ele reúne e disponibiliza um acervo digital sobre a repressão política no Brasil durante a ditadura militar. Justamente essa abertura para colaboração, tão característica da chamada *Web 2.0*, possibilita a confluência de práticas da História Pública e da História Digital.

História Digital e novas fontes históricas

A História Digital está inserida em um contexto maior, o das Humanidades Digitais, que, segundo Brasil e Nascimento (2020, p. 199), é um “campo transdisciplinar em desenvolvimento, pois agrega métodos, dispositivos e perspectivas analíticas das ciências humanas e sociais, ao mesmo tempo que mobiliza as ferramentas e abordagens singulares abertas pela tecnologia digital”. Segundo os autores, essas discussões ainda são incipientes no campo da história e têm se desenrolado no Brasil a partir dos anos 2010, com muitos pesquisadores ainda ignorando as especificidades teórica-metodológicas e as implicações da utilização das TDICs nas investigações, mesmo que as utilizem com frequência.

As TDICs promoveram mudanças na sociedade e, conseqüentemente, nas formas de se fazer pesquisa. Documentos e fontes passaram a ser organizadas, disponibilizadas e catalogadas de maneira distinta a partir dos seus usos, e os próprios objetos de pesquisa se inseriram e se transformaram em digital. Tudo isso é suficiente para afetar as análises e problematizações promovidas pelos pesquisadores para evitar compreensões limitadas (Corrêa e Oliveira, 2022).

A transformação tecnológica mudou a maneira como as pessoas se comunicam, se relacionam com o tempo e experimentam a realidade. Mudou, inclusive, a concepção e a compreensão da história, como ressalta Serge Noiret (2015). Para o autor, com a introdução da

⁸Ver em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>. Acesso: 27.jul.25

Web 2.0, as fontes se tornaram digitais e a convivência, mediada pelas redes sociais, também. Atualmente, o computador, conectado pela *world wide web*, é um instrumento utilizado em quase todas as fases da pesquisa de um historiador.

As ferramentas comunicacionais da atualidade possuem novos códigos, modos de pensar, produzir e consumir típicos da era digital. Assim, é necessário buscar novas maneiras de representar o passado a partir dos recursos que essas novas tecnologias proporcionam. Mais do que isso, é preciso problematizar a história de maneira diferente, levando em conta o exacerbado presentismo e as transformações aceleradas que são próprias da cultura digital.

Porém, não devemos ficar refém dessas ferramentas. A tecnologia também precisa ser problematizada e desnaturalizada. Carlo Ginzburg (2010) diz que, apesar de a internet ser um instrumento potencialmente democrático, ela não o é verdadeiramente. Para o historiador, ao invés de reduzir as distâncias atreladas à hierarquia social, a internet as intensifica, visto que, para fazer uma pesquisa na internet, o indivíduo precisa saber dominar a tecnologia e esse domínio está atrelado a privilégios culturais e sociais. Esse tipo de análise, de contraponto, é fundamental para avançarmos nas discussões do uso e apropriação das ferramentas digitais na construção do conhecimento histórico.

Num cenário em que, como aponta Noiret (2015), qualquer pessoa pode se dedicar ao passado em rede, seja em colaboração ou individualmente, e que a história e a memória não são prerrogativas exclusivas dos historiadores acadêmicos⁹, torna-se necessária a figura do “historiador público digital” para filtrar os discursos sobre o passado elaborados na Internet que não apresentam a devida atenção crítica, ou ainda que estão ancorados em interesses políticos e ideológicos. Para isso, claro, é necessário que essas figuras dominem as ferramentas digitais e entendam seus usos. Conforme argumenta Theodoris (2021, p.13)

A História Pública encontrou na era digital um manancial de possibilidades de exploração, mas, por outro lado, exigiu do historiador novas habilidades no desenvolver de seu ofício, não somente em sala de aula, mas também nas diferentes plataformas disponíveis na Internet e as diversas tecnologias de informação à disposição.

Como diz Anita Lucchesi (2014), o ciberespaço desafia os cânones da historiografia, como o distanciamento entre o fato e o trabalho do historiador, visto que as análises acerca da memória disponível na Internet são construídas sob a perspectiva do tempo presente. Contudo, apesar dos novos métodos, objetos, documentos e linguagens próprias desse espaço virtual, a autora afirma

⁹Cabe destacar que a história e a memória (assim como seu debate/entendimento) nunca foram questões exclusivas dos historiadores (Cf. Ricoeur, 2007; Sarlo, 2007 e Le Goff, 2013)

que “a história continua sendo uma ciência baseada em fontes, em um método específico e em debates entre os pares” e que “nem as tecnologias, nem a história digital operam uma ruptura radical com estas bases, antes acrescentam nova mobília e ferramentas à oficina da história” (p.52). Vejamos, a seguir, as especificidades das fontes que circulam na *web*.

A fonte, enquanto parte fundamental da pesquisa histórica, já foi (e ainda é) alvo de debates entre correntes historiográficas distintas. Por um lado, “positivistas” como Seignobos, em 1901, diziam que “sem documento não há história”. Por outro, a geração de Annales, acreditava que a formulação do problema era o princípio da operação historiográfica, e não o documento. Hoje, historiadores como José D’Assunção Barros (2010), ressaltam o entrelaçamento entre essas duas etapas da pesquisa. O historiador, de seu lugar e tempo no mundo, e o documento, do seu tipo de suporte, interagem, dialogam, podendo até conduzir a pesquisa a um problema diferente do inicial. Por essência, a fonte histórica pode ser definida como:

Tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são a marca da história (Barros, 2019, p.6).

Nesse sentido, a história, sendo produto da contemporaneidade, pode ignorar as novas formas de sociabilidade e os novos tipos de documentação que surgem a partir da evolução da tecnologia digital? Dada a velocidade com que essa evolução acontece, como a historiografia vem tentando acompanhar as novas problemáticas, cenários e metodologias que surgem?

Barros (2019) argumenta que as fontes históricas não precisam ser necessariamente materiais, no sentido tradicional da palavra. Desde a expansão dos limites da historiografia no século XX, construída a partir do diálogo com outras disciplinas, novos métodos e possibilidades de fontes vêm surgindo, como as ligadas ao patrimônio imaterial (ditos populares e receitas, por exemplo). Nesse sentido, o autor defende que os registros virtuais não devem ser discriminados, mas vistos com a mesma qualidade que é atribuída às fontes históricas tradicionais, como os “documentos oficiais” registrados em papel (leis, ofícios, requerimentos, periódicos, testamentos, atas, entre outros). Fato é que, mesmo com a expansão das fontes ao longo do último século, o legado da tradição historiográfica baseada nesse suporte ainda opera com força, inclusive no imaginário popular do que faz um historiador, debruçado sobre uma pilha de papéis (Almeida, 2011).

As fontes digitais apresentam uma série de possibilidades, mas também particularidades que exigem novos métodos de análise. Almeida (2022) acredita que a utilização de fontes digitais, principalmente como fontes primárias, inspira desconfiança dos historiadores pois ainda não houve ampla discussão teórica-metodológica sobre o tema. Assim sendo, não há método padronizado

para lidar com as fontes digitais, mas uma multiplicidade deles. Como defende Luchesi (2022), os métodos podem sim ser diversos, mas precisam ser compreensíveis e replicáveis. Assim, ela argumenta por uma “hermenêutica da prática”, ou seja, que os historiadores que lidam com fontes e ferramentas digitais documentem o processo da pesquisa histórica e compartilhem com os pares.

A internet promove novos tipos de registros e rastros da atividade humana, que criam uma categoria de fontes documentais quase inesgotável utilizadas nas pesquisas históricas, principalmente, pelos pesquisadores do Tempo Presente. De maneira simplificada, podemos dizer que um documento digital é “aquele documento – de conteúdo imensamente variável –codificado em um sistema de dígitos binários” (Almeida, 2022, p. 108), que só podem ser acessados mediante o intermédio de uma máquina. O autor classifica os documentos digitais em primários e não-primários. Os documentos digitais não-primários são os que não tiveram a internet como suporte de produção, mas têm seu acesso facilitado a partir dela, como livros, teses e artigos científicos. Já os documentos digitais primários dividem-se entre os “digitalizados”, que são fruto de digitalização de fontes já existentes, como fotografias e periódicos, e os “exclusivos”, ou “nascidos” digitais, que não possuem outro suporte além do digital, como sites e blogs. São documentos digitais “exclusivos” os analisados neste trabalho.

Apesar das características particulares desse tipo de documento, inicialmente, eles devem ser analisados a partir dos procedimentos corriqueiros utilizados pelos historiadores para fontes em outros suportes. Como diz Almeida (2022, p.110) “via de regra, o historiador não deve se deparar com desafios metodológicos substancialmente diferentes daqueles encontrados no trabalho com os documentos tradicionais”. Afinal, os passos da pesquisa historiográfica não precisam ser reinventados, apenas adaptados para a realidade que se impõe.

Nesse sentido, em meio à infinidade de informações presentes na Internet, o que Roy Rosenzweig chama de “Era da Abundância”, um dos aspectos que requerem mais cuidado por parte dos historiadores é a confiabilidade desses dados.

Apesar de facilmente encontrado através de mecanismos de busca, grande parte do material existente na Internet não é confiável. Muitos sites apresentam-se sob uma formação aparentemente “científica”, mas na verdade não representam o fruto de verdadeiro trabalho acadêmico. Embora se apresentem como o produto de especialistas, muitos textos encontrados na rede configuram notícias falsas, teorias conspiratórias ou refletem mais a opinião altamente ideológica de seus autores do que o resultado de pesquisas sérias. Isso quando é possível identificar os autores. Ao contrário de um livro ou revista impressa em papel, na Internet muitas vezes é mais difícil avaliar a autoria e a procedência do material. Tais características implicam a adoção de critérios cuidadosos para a seleção de fontes da Internet a serem utilizadas em uma pesquisa histórica (Almeida, 2022, p. 110 e 111).

A tarefa de “separar o joio do trigo” não deve inibir historiadores de usar documentos digitais exclusivos como fontes primárias. Afinal, é isso que historiadores fazem há séculos com as

fontes “tradicionais”, que também são passíveis de falsificação. Os métodos históricos não são totalmente precisos, apenas têm a função de reduzir as chances de erro, fazendo que o historiador ainda trabalhe dentro de campos de possibilidades. Verificar a autenticidade de qualquer documento, mesmo dos digitais, e selecionar os mais confiáveis ainda recai sob a habilidade e experiência do pesquisador (Almeida, 2011; Maynard, 2016), mesmo que agora seja preciso utilizar procedimentos técnicos e metodológicos específicos para garantir se um documento digital é ou não uma falsificação, ou uma “*fake history*”, conceito que será abordado a seguir.

Análise das fontes digitais: Café História x Brasil Paralelo

Os sites escolhidos para esta análise estão em pontos bastante distintos no que diz respeito à historiografia e ao conteúdo de viés histórico produzido para a Internet (e consumido por meio dela). Enquanto o Café História é considerado pioneiro, no Brasil, na divulgação científica da história através dos meios digitais, reunindo uma grande comunidade de acadêmicos e interessados nesse campo do conhecimento, o Brasil Paralelo é um meio de comunicação mais difuso e de audiência mais ampla, que utiliza as redes sociais para difundir seu conteúdo e já teve a credibilidade das suas produções duramente criticada pela comunidade acadêmica. Contudo, é importante ter em mente o aspecto fundador de cada uma: enquanto o Brasil Paralelo é uma empresa de mídia que visa ao lucro, que conta com uma equipe de profissionais contratados, o Café História é uma iniciativa voluntária e sem fins lucrativos. Qualquer tentativa de equivalência entre eles precisa ser permeada por essa intencionalidade mercadológica, ou a falta dela.

Como já dito, o Café História tem como fundador e editor-chefe Bruno Leal, doutor em História, professor universitário e jornalista. A subeditora do site, Ana Paula Tavares, é mestre em História e também jornalista. Na aba “Sobre” da plataforma, está a informação de que todos os colaboradores e colaboradores que produzem o conteúdo nela publicado são especialistas no campo da história. Nas postagens de cada uma das seções – artigos, entrevistas, notícias, bibliografias, ensino e cinema –, há uma minibiografia do autor ou autora do texto, citando interesses, formação e área de pesquisa.

Na plataforma do Brasil Paralelo, não há uma página de expediente. Notícias e artigos são publicados sob a autoria de “Redação Brasil Paralelo”. Na aba “colunas”, é possível acessar a lista de colunistas e uma minibiografia, que, no geral, contém a profissão de cada um, mas não a formação acadêmica. É um conteúdo mais voltado a informar ao leitor sobre as características dos textos de cada colunista.

Na aba “Sobre nós”, o Brasil Paralelo se denomina como “uma empresa privada de jornalismo, entretenimento e educação”, que produz documentários, filmes, séries, trilologias, entrevistas, podcasts, programas e cursos sobre temas que variam entre história, ciência política, filosofia, arte, atualidades e economia, dentre outros. Esses conteúdos podem ser acessados tanto pelo site quanto pela plataforma própria de streaming e pelos canais digitais abertos. “Entretenimento e educação” também é a *tag* que está no cabeçalho da página inicial, ao lado do logo. Fato é que, apesar de não deixar clara a formação das pessoas que produzem seus conteúdos, eles se colocam, dentre outras coisas, como produtores de conhecimento histórico. Esse conhecimento, no entanto, não está ligado a instituições de pesquisa científica.

Em relação aos documentos digitais, a vinculação do autor ou autora com a academia é um dos fatores que credibiliza a fonte histórica. Como diz Almeida (2022), informações digitais vinculadas às instituições de pesquisa normalmente têm respaldo, visto que uma equipe de profissionais revisa e avalia a autenticidade do conteúdo publicado.

O Café História se coloca como um portal de divulgação científica de periodicidade semanal, voltado para historiadores e para o público em geral. Lançado em 2008 em formato de rede social, assim perdurou até 2016. Em 2017, foi transferido para a plataforma *WordPress*, adotando um formato de site/blog. A proposta é, toda segunda-feira, publicar um “especial da semana” (artigo, entrevista, bibliografia comentada ou história importada), e, de terça à sexta, notícias sobre história. Analisando o arquivo de publicações do site, de 2021 a julho de 2024, os especiais parecem seguir a periodicidade proposta. Contudo, as notícias foram ficando cada vez mais escassas. Até 14/07, apenas 7 notícias foram publicadas no ano de 2024, contra 75 em 2023, 33 em 2022 e 92 em 2021. Percebe-se um maior esforço em 2021, ano em que a pandemia da Covid-19 ainda estava bastante ativa, o que intensificou o uso das ferramentas digitais. No canal do *YouTube* do Café História, com pouco mais de 15 mil inscritos, o último vídeo publicado foi há um ano. Na rede social *Instagram*, com 50 mil seguidores, todas as postagens são imagens com arte gráfica vinculadas aos conteúdos publicados no site. No podcast do Café História, hospedado no aplicativo de streaming *Spotify*, o último conteúdo é de junho de 2021¹⁰.

E por que essas informações são relevantes? A consistência e periodicidade na produção de conteúdo na Internet, principalmente nas redes sociais, são alguns dos fatores que definem a relevância de uma “marca”. É dessa forma que é possível consolidar a presença on-line e ter a possibilidade de ser visto por mais usuários da rede. Ampliar o reconhecimento do Café História

¹⁰ Importante ressaltar que esses números foram coletados em julho de 2024 e podem não representar mais a realidade.

através de uma boa presença nas redes sociais é, portanto, uma maneira de estabelecer-se como uma fonte útil e “confiável” de informações. O *YouTube* do Brasil Paralelo tem uma programação diária de conteúdos originais. No *Spotify*, vários podcasts são publicados semanalmente. No *Instagram*, a plataforma divulga seus conteúdos (do site, do *Youtube*, dos podcasts) com formatos variados de publicação, apostando em muitos vídeos, que tornam a página mais dinâmica.

Segundo informações do próprio site, o Brasil Paralelo conta com mais de 400 mil membros assinantes, mais de 6 milhões de seguidores em suas redes sociais e mais de 3,6 milhões de inscritos em seu canal do *Youtube*. Na página inicial do canal, em 13/07/24, um dos primeiros destaques é uma série original de vídeos sobre “A história do Comunismo”. No fim da página, podemos ver os vídeos mais acessados do canal. Os 5 primeiros são sobre conteúdos históricos: ditadura militar no Brasil, Independência do Brasil, Era Vargas, dentre outros temas. Portanto, o “conhecimento” produzido pelo Brasil Paralelo é divulgado de forma multimídia, com mais capilaridade que o Café História.

Isso é importante porque a fonte digital é essencialmente multimídia. A Internet pode abrigar documentos em vários suportes: texto, áudio, filme, fotografia, ilustração, dentre tantos outros. A mesma informação pode ser abordada de várias maneiras, como faz o Brasil Paralelo com seus artigos e notícias, que também são abordados em vídeos para *Instagram* ou *Youtube* e para podcasts. Neste trabalho, vamos nos ater somente às publicações em ambos os portais.

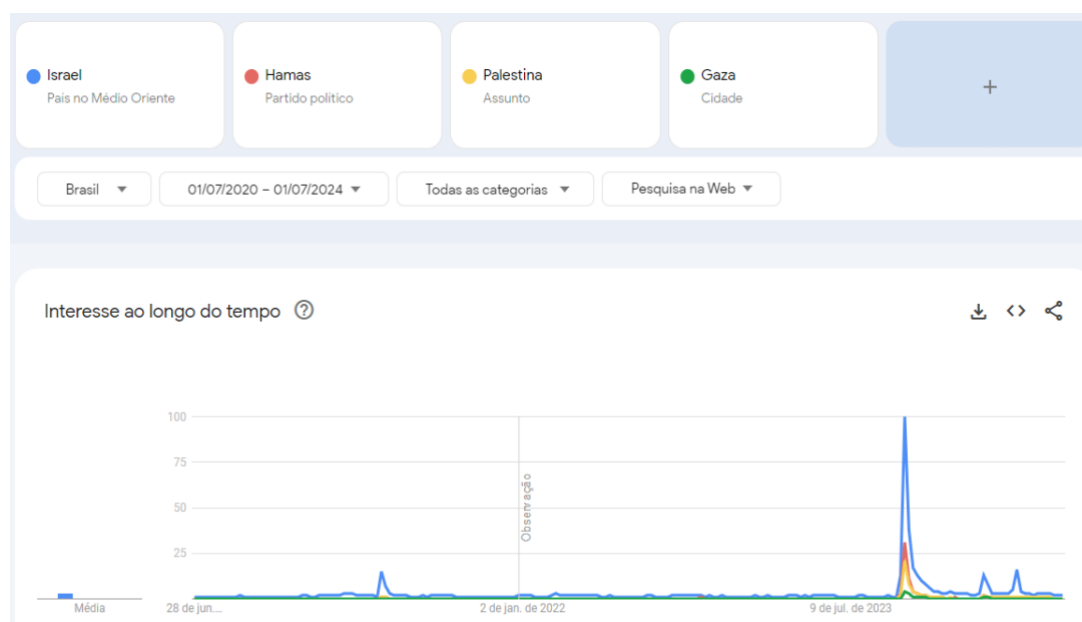
A comparação entre o conteúdo das duas plataformas se dará aqui a partir da escolha de um “tema histórico”, entendendo como ele é abordado tanto em uma quanto em outra. Levando em conta que este é um trabalho que se lança a analisar a História do Tempo Presente, o termo escolhido foi “Israel”, devido à intensificação dos conflitos armados com a Palestina nos últimos anos. Em 2023, segundo o *Google Trends*¹¹, o termo “Guerra em Israel e Gaza” foi o terceiro acontecimento mais pesquisado do Brasil no Google, principal buscador da Internet no mundo. Já a pergunta “Por que a guerra em Israel e Gaza?” foi a campeã em pesquisas na categoria de buscas em que os usuários usam “por quê” no início da sentença.

O *Google Trends* é uma ferramenta do *Google* que permite visualizar a popularidade e as tendências de pesquisa de determinados termos no buscador on-line. Dessa forma, é possível usar esses dados para medir o interesse de pesquisa em um determinado tópico, em um determinado lugar e em um determinado intervalo de tempo. Ele permite comparar o volume de pesquisas entre vários termos para ver quais são mais populares ou se um termo está ganhando popularidade em relação a outros. Dessa forma, ao comparar quatro termos principais relacionados à temática

¹¹ Ver em: <https://trends.google.com.br/trends/yis/2023/BR/?hl=pt-BR>. Acesso: 13.jul.24

escolhida – Israel, Palestina, Hamas e Gaza – nos últimos quatro anos, vemos, como mostra o gráfico abaixo, que “Israel” é o mais relevante nas buscas, reforçando porque ele foi escolhido.

Figura 1 – Captura de tela de pesquisa na ferramenta *Google Trends*



Fonte: *Google Trends* (2024).

Ao pesquisar Israel na barra de buscas do Brasil Paralelo, surge uma lista de 60 publicações que citam diretamente o termo, quase todas pertencentes às categorias de artigo e notícia. As publicações não são mostradas em ordem cronológica. Na verdade, não há nenhuma indicação da data em que elas foram publicadas, apenas quando o internauta acessa cada uma delas. Todas as publicações são de 2024 ou do segundo semestre de 2023, com apenas uma de 2022. Contudo, por meio da ferramenta *Wayback Machine*, é possível identificar registros de 43 notícias e artigos do site em 2022, sinalizando que os conteúdos foram apagados. O *Wayback Machine* é um arquivo histórico da internet, criado pela organização *Internet Archive*, que permite acessar gratuitamente versões antigas de websites. Essa situação exemplifica o caráter efêmero da fonte digital exclusiva, que, ao ser retirada do ar por qualquer que seja o motivo, pode ser perdida definitivamente, visto que ela não existe em outro suporte (Almeida, 2022).

A partir do conjunto de títulos, já é possível ter um indício do posicionamento da empresa perante o conflito. Aqui, é importante abrir um parêntese para mostrar como a empresa se apresenta ao público. No seu perfil do *Instagram* voltado à cobertura jornalística, o “Portal Brasil Paralelo” (@portalbrasilparalel), a bio diz “notícias profundas sem viés ideológico”. Já no perfil

principal, o “Brasil Paralelo” (@brasilparalelo), a bio é “feito para quem busca a verdade”. A verdade é um dos valores da empresa listados no seu Código de Conduta Ética e *Compliance*¹² onde está explícito que o propósito do BP é “enriquecer a sociedade por meio da comunicação eficiente da verdade” e que “a verdade não é relativa, é o bem maior e uma meta inesgotável”.

Voltando aos títulos, encontramos publicações como “Norte de Israel é atacado pelo Hezbollah”, “Relato de uma judia sobre a guerra”, “Consulado de Israel mostra horror promovido pelo Hamas”, “Atentado do Hamas deixa cenas de barbárie” que fornecem um indício sobre a cobertura da guerra realizada pelo veículo, pautando Israel como vítima dos conflitos e contradizendo seu propósito de noticiar sem viés ideológico. A defesa à Israel é uma das pautas da ultradireita no Brasil.

Dentre as publicações que se apresentam, foram escolhidos dois artigos que têm a *tag* “história” como marcador, indicando que aquele é um conteúdo de proposta educativa no campo da história. O primeiro, “Entenda o conflito entre Israel e Palestina, um dos mais longos da história da humanidade”¹³, é de 17 de março de 2022 (portanto, anterior à intensificação dos conflitos a partir de outubro de 2023) e também traz as *tags* “política” e “ideologia”. A foto que encabeça a matéria mostra uma mulher gritando com um soldado e apresenta a legenda “Cidadã palestina grita com um soldado de Israel”. O primeiro parágrafo do texto já reforça a ideia de narrativa única, encapsulada como “verdade”, que foi transmitida com a lista das publicações.

O conflito entre Israel e Palestina perdura há mais de 70 anos. Desde a fundação do Estado judeu, sucessivas guerras aconteceram. Atualmente o país conta com defesas robustas para repelir ataques do Hamas provindo da Faixa de Gaza. O cenário de guerra é constante, tendo se acentuado com a invasão e sequestros de terroristas em Israel no dia 07 de outubro de 2023.

É notável que o texto foi atualizado, pois já inclui os fatos de 2023. Contudo, não há nenhuma comunicação explícita dessa atualização ao leitor, o que depõe contra a autenticidade do conteúdo, manipulado sem sinalização. Logo em seguida, encontramos um sumário do artigo, o que está de acordo com as regras de produção de conteúdo on-line visando um bom SEO (*Search Engine Optimization*, ou otimização de mecanismos de busca em português). SEO é um conjunto de técnicas e estratégias para sites ficarem melhor posicionados nos buscadores. Todo o artigo segue essas técnicas e estratégias, utilizando parágrafos curtos, uso de tópicos e marcadores, links, dentre outras.

¹² Ver em: <https://www.brasilparalelo.com.br/legal/codigo-de-conduta-etica-e-compliance>. Acesso: 13.jul.24

¹³ Ver em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/conflito-entre-israel-e-palestina>. Acesso: 22.jul.24

Voltando ao conteúdo, as explicações ao longo do texto são rasas e diretas. Não é oferecida ao leitor nenhuma referência para embasar os fatos históricos que são descritos. Ou seja, o conjunto original de fontes que constitui o documento não é compartilhado. Não há nenhuma conexão com páginas institucionais ou oficiais para legitimar os dados expostos. Ao longo do texto, supostas figuras de autoridade sobre o assunto são citadas diretamente, como uma doutora em relações internacionais, um especialista em relações internacionais, um jornalista palestino e o *Washington Institute for Near East Policy*. Contudo, a referência das citações não é disponibilizada.

Em determinado ponto do artigo, um vídeo é disponibilizado para que o leitor entenda a crise de refugiados palestinos. O vídeo é do canal estadunidense *PragerU*, que diz “criar conteúdo educacional grátis promovendo os valores americanos”¹⁴ (tradução nossa). Ao pesquisar a iniciativa no Google, aparece a descrição “*PragerU* é a principal organização conservadora sem fins lucrativos do mundo, focada em mudar mentes por meio do uso criativo das mídias digitais”¹⁵ (tradução nossa). Em outro ponto do texto, é mostrado o trecho de uma entrevista de Bassem Eid, analista político palestino, concedida à *PragerU*, em que fala sobre a atuação do Hamas. “Israel não é a causa principal do seu sofrimento, o Hamas é. Israel não é quem te aprisiona, o Hamas é!”, diz um trecho transcrito.

Como diz Almeida (2022), um dos cuidados metodológicos ao lidar com uma fonte digital é analisar o inter-relacionamento da documentação, ou seja, os links que ele apresenta, que podem revelar aproximações temáticas e ideológicas e funcionar como um indicador de autenticidade e confiabilidade. O autor também pontua que fontes digitais exclusivas podem ser altamente ideológicas, sendo necessária a crítica cuidadosa do seu conteúdo e o cruzamento de dados com outras fontes disponíveis. Já Barbosa (2022) pontua que a adulteração de fontes e erros de tradução são estratégias bastante utilizadas em conteúdos negacionistas.

Por volta da metade do texto do artigo, é lançada a pergunta “Como se posicionar em meio a esse conflito?”. A pergunta é respondida com certa cautela. É dito que não existem respostas definitivas e que só é possível tomar algum partido adquirindo conhecimento sobre diversas questões. É aí que o Brasil Paralelo lança um problema: “como é possível ter todo esse repertório cultural com os meios de comunicação e educação tão contaminados por ideologias?”. Logo em seguida, trazem a solução: o seu Núcleo de Formação, colocado como a principal iniciativa educacional da empresa, com mais de 50 cursos conduzidos por professores e especialistas. Por meio de um produto comercial, eles tentam oferecer a “verdade histórica”, apostando na narrativa

¹⁴ *PragerU creates free educational content promoting American values*

¹⁵ *PragerU is the world's leading conservative nonprofit that is focused on changing minds through the creative use of digital media*

de contaminação ideológica dos meios educacionais. O discurso reforça uma certa tentativa de descredibilizar o conhecimento histórico produzido pela academia, reforçando a tendência do anticientificismo tão marcante na História do Tempo Presente com a ascensão da extrema-direita e com o descrédito da vacina durante a pandemia da Covid-19.

O segundo artigo analisado tem como título “Antissemitismo - entenda as origens e manifestações do ódio contra os judeus”¹⁶, publicado em 21 de outubro de 2023, e traz as *tags* “história” e “sociologia”. A abertura do texto traz uma definição do termo antissemitismo da organização estadunidense *Stand With Us*, que, em seu site, se apresenta como uma “organização internacional apartidária que promove educação sobre Israel ao redor do mundo, combatendo a desinformação e o antissemitismo”¹⁷ (tradução nossa). Uma breve pesquisa na internet permite acessar outras fontes que definem a organização como pertencente ao espectro político da extrema-direita¹⁸.

Em seguida, o texto atribui uma passagem ao historiador e jornalista estadunidense Daniel Pipes, um lobista pró-Israel e figura midiática neoconservadora. Esse artigo cita mais referências que o anterior, embasando alguns dados a partir do que supostamente disseram antropólogas, sociólogos, escritores, historiadores, rabinos. Em alguns casos, são citadas as obras em que a informação foi extraída, embora não haja indicação de página e ano da publicação. Perante o público geral, as citações podem agregar credibilidade ao texto e reforçar a narrativa construída ao longo do artigo, de perseguição aos judeus no curso da história. Consequentemente, outros argumentos presentes no texto, que são formulados pelos próprios autores (anônimos, diga-se de passagem), também podem ser credibilizados, como a frase “o antissemitismo contemporâneo foi marcado pelo ataque terrorista do Hamas contra Israel”. Ao falar sobre os conflitos de 2023, o artigo traz entrevistas e comentários sobre o assunto abordados em seus programas no *YouTube*. Um deles tem o título “Por que a esquerda não condena o Hamas?”, com uma imagem do Presidente Lula na capa.

Autoproclamado defensor da verdade num cenário contaminado por ideologias, o Brasil Paralelo utiliza de um pseudo-cientificismo para validar suas narrativas. Ao longo dos seus textos, em sua maioria sem indício de autoria, o portal traz “referências” no assunto para embasar

¹⁶ Ver em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/antissemitismo-entenda-as-origens-e-manifestacoes-do-odio-contra-os-judeus>. Acesso: 22.jul.24

¹⁷ “*StandWithUs is an international and non-partisan Israel education organization that inspires and educates people of all ages and backgrounds, challenges misinformation and fights antisemitism*”.

¹⁸ Ver em: <https://www.theguardian.com/us-news/2023/feb/12/george-washington-university-standwithus-lara-sheehi-complaint>. Acesso: 13.jul.24

argumentos, mas não respeita o modo de fazer da divulgação científica, visto que dificulta o acesso às suas fontes originais. Como foi analisado, uma breve checagem de alguns dos especialistas e organizações citados mostrou que eles estão alinhados ao espectro político da direita, embora o portal proponha que sua produção de conteúdo seja despida de ideologia. Diante do caráter imediatista da internet, a checagem de fatos, o rastreamento das fontes originais de um documento digital e o contexto da produção do mesmo se perdem, fazendo com que o Brasil Paralelo seja bem-sucedido em incutir as suas narrativas no público geral (vide o número de seguidores da empresa nas redes sociais). Dessa forma, narrativas distorcidas e teorias da conspiração são pautadas e credibilizadas pelo público com naturalidade.

O problema central aqui levantado não está em contestar o conhecimento histórico produzido, melhor dizendo, a versão vigente sobre determinado tema. À medida que o tempo passa, vão se criando, no presente, novas formas de se olhar para um acontecimento do passado, que podem culminar em novas interpretações. Assim, o conhecimento histórico não produz “verdades” cristalizadas. Como traz Cinthia Rodrigues (2023, p.40), “revisitar e revisar a representação que se produziu da memória do passado histórico é parte do ofício do historiador”.

Em linhas gerais, podemos definir o revisionismo como um processo de revisão do conhecimento factual e das interpretações historiográficas dominantes, com base em novas questões teóricas, novas hipóteses, novos métodos de análise e novas fontes primárias. Assim, há a revisão historiográfica como procedimento que é fruto do avanço do conhecimento, da mudança de perspectivas e do surgimento de novas fontes (Napolitano, 2021, p. 98 e 99).

Contudo, o revisionismo histórico precisa ser fruto de pesquisas sérias e validadas pelos pares acadêmicos, assim como acontece em qualquer outra ciência. Contestar o conhecimento histórico fora desses termos acaba criando narrativas distorcidas sobre o conhecimento do passado, que desejam falsificar ou relativizar os fatos históricos com fins políticos e ideológicos do presente. Isso é o que Marcos Napolitano (2021, p. 217) chama de revisionismo ideológico.

Ele pode ser definido como o questionamento de consensos científicos como parte de uma luta político-ideológica, a partir da seleção, manipulação e combinação de dados e hipóteses correntes e aceitas na comunidade científica, mas devidamente descontextualizadas, para construir argumentos que reforcem as polêmicas opiniões e ideologias dos revisionistas.

Algumas técnicas desse revisionismo de matriz ideológica, de acordo com Napolitano (2021), foram identificadas na análise realizada a partir das publicações do Brasil Paralelo: uso de fontes e autores para confirmar uma visão pré-concebida sobre o tema; títulos e subtítulos sensacionalistas; apropriação descontextualizada de trabalhos historiográficos; e uso acrítico de fontes primárias, com leitura superficial. O revisionismo ideológico, para o autor, é mais sutil que

o negacionismo¹⁹, apontado em muitas produções audiovisuais do Brasil Paralelo no *YouTube*²⁰. Cibele Barbosa (2022, p. 306) corrobora a ideia, dizendo que o revisionismo ideológico é uma “versão mais sofisticada do negacionismo”.

Marcos Napolitano (2021, p. 86) conceitua o negacionismo como “a mentira pura e simples sobre um evento ou fato histórico comprovado por fontes e por consenso de historiadores”, que normalmente é utilizado para ocultar crimes de Estado. A rejeição ao conhecimento histórico estabelecido é posta em prol de uma suposta “verdade ocultada” pelas instituições acadêmicas, científicas e escolares que precisa ser revelada. Essa ideia de verdade sublimada por supostos interesses políticos (normalmente atribuídos à esquerda “comunista”) e que finalmente virá à tona é mais uma estratégia identificada no conteúdo do Brasil Paralelo analisado neste trabalho. Nesse sentido, as polêmicas e teorias da conspiração levantadas – como o exemplo da questão “Por que a esquerda não condena o Hamas?” – advém, como aponta o autor, dos interesses políticos de partidos e líderes da extrema direita, nesses primeiros anos do século XXI, com o objetivo de combater valores progressistas e democráticos.

É importante reforçar que tanto o negacionismo quanto o revisionismo ideológico não se interessam em revisar o conhecimento sobre o passado e ampliá-lo, agregando a ele novas perspectivas legítimas cientificamente. Ambos buscam, na verdade, invalidar esse conhecimento através de mentiras e explicações enviesadas sobre fatos e processos históricos polêmicos, forjando um método crítico que supostamente dá embasamento aos seus revisionismos (Napolitano, 2021). Nesses casos, como diz Barbosa (2022), concepções fechadas são empunhadas como bandeiras, fazendo com que as convicções valham mais que as provas. Assim, constrói-se uma falsa visão de que o conhecimento histórico é questão de opinião, que qualquer nova perspectiva sobre um fato histórico, mesmo que não seja construída sob o viés científico, é verdadeira, pois cabe a todos o direito à liberdade de expressão e de ideias. Aos falsários, cabe defender a legitimidade das suas “teses” a partir de uma suposta defesa da pluralidade de ideias. Ideias essas, inclusive, que incitam

¹⁹ Curiosamente, Israel está relacionado à origem desse termo, popularizado pelo historiador francês Henry Rousso, a partir do seu livro “A Síndrome de Vichy” (1987), para designar a prática da negação do Holocausto, defendida em teses falaciosas que emulavam os procedimentos metodológicos da história. Negacionistas como Robert Faurisson, David Irving e Ernst Zundel se colocavam no campo intelectual como “historiadores revisionistas” e buscavam legitimidade pública ao postularem que o extermínio dos judeus havia sido uma grande farsa, fraudando o passado ao negar ou relativizar as atrocidades nazifacistas. Posteriormente, o termo passou a ser utilizado em outros campos do conhecimento científico, como podemos ver no dia a dia a partir do descrédito dado às mudanças climáticas e às vacinas, por exemplo.

²⁰ Críticas sobre os filmes do Brasil Paralelo podem ser encontradas na imprensa e na produção acadêmica. Alguns exemplos: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/05/o-que-diz-o-filme-1964-o-brasil-entre-armas-e-livros-que-relativiza-a-ditadura-militar.htm>, https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/9680 e <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/60386/34878>. Acesso em: 27.jul.24

o ódio e ferem os direitos humanos, como no caso da negação de fatos comprovados sobre o Holocausto, as ditaduras militares e a escravidão.

A essas negações, também pode ser dado o nome de *fake history*, conceito criado pelo historiador público Jason Steinhauer para designar o obscurantismo que tem atingido e moldado a visão sobre o passado e a consciência histórica do público em geral.

Para além da desinformação e manipulação política inerentes às fake news, Steinhauer identifica um processo de mistificação do passado e de perda de espaço do discurso histórico acadêmico no debate público como consequência do atual estágio de desenvolvimento tecnológico e da nova lógica comunicacional e discursiva. À emergência deste novo cenário informacional que associa passado e História sem um debate crítico e que utiliza a legitimidade da palavra história para autorizar discursos falseados sobre o passado e, desse modo, influir na construção de identidades, o autor dá o nome de fake History (Duarte; Souza, 2021, p. 324)

Steinhauer, em seu texto “*Of Fake News and Fake History*”, que compila palestras proferidas por ele em 2017, realizadas a convite da embaixada dos Estados Unidos na Lituânia, defende que o zelo para enfrentar as *fake history* deve ser igual ou maior ao empenho de combater as *fake news*, visto que “é a informação sobre o passado que tem o poder para moldar nossas identidades, nossas nações, nossas instituições e nossas opiniões sobre outros” (Steinhauer apud Duarte e Souza, 2021, p.239). Para ele, enquanto as “notícias reais” se contrapõem às *fake news* diariamente na esfera pública, a “história real” que se contrapõe às falsificações da história não têm o mesmo destaque perante o público.

Levando tudo o que foi dito em consideração, um dos impactos mais graves das estratégias negacionistas é conduzir o público não especializado, ou seja, que não está familiarizado com os procedimentos críticos da ciência histórica, a assimilar como verdade as “novas versões” sobre um fato histórico. Diante desse cenário, fica ainda mais latente a necessidade de educar o público, através da divulgação científica da história, sobre os métodos de produção do conhecimento histórico e sobre o conhecimento academicamente validado acerca dos temas que estão na pauta do dia. Visto que essa é a intencionalidade do Café História, será que ele consegue fazer um contraponto ao que o Brasil Paralelo propõe em relação à Israel?

Ao pesquisar o termo “Israel” no campo de busca do site, as publicações que surgem não são listadas em uma ordem cronológica na primeira página, apenas a partir da segunda. Contudo, todas as publicações aparecem na lista com foto, título, subtítulo e data. Foram encontrados 17 textos que retroagem até 2020. Em sua grande maioria, eles abordam a questão do Holocausto, colocando em cheque sua veracidade. A partir daí, já se identifica o primeiro problema. Há uma deficiência na “cobertura” sobre os conflitos entre Israel e Palestina, principalmente a partir de

outubro de 2023. Dessa forma, inicialmente, não há um contraponto científico do Café História ao que se produz no Brasil Paralelo em relação aos aspectos históricos do conflito. Dentro do período pesquisado, o conflito palestino-israelense só foi citado uma vez, em uma notícia de 19 de janeiro de 2022 que divulga uma aula aberta sobre o tema: “Departamento de História da UnB transmite aula inaugural sobre conflito palestino-israelense”²¹.

Em 30 de outubro de 2023, logo após o escalonamento dos conflitos mais recentes, o site publicou o artigo “Soldados brasileiros na Faixa de Gaza”²², sobre militares que serviram no local de 1957 a 1967, tangenciando o tema central. A publicação abre com uma foto com legenda, onde está explícita a fonte (Arquivo Nacional). As demais fotos ao longo do texto seguem o mesmo padrão. A autoria também está delimitada logo no início. No fim de página, há uma minibiografia dos autores: Dennison de Oliveira, professor titular do Departamento de História da UFPR e Wilson de Oliveira Neto, doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. As fontes primárias estão listadas logo após o fim do texto, como referências no formato ABNT.

A narrativa do texto se assemelha ao que vemos em livros didáticos de história. Com longos parágrafos, a publicação não utiliza os marcadores de SEO que deixam a leitura mais dinâmica para o leitor nos meios digitais. Além de dificultar a performance do conteúdo nos buscadores, isso pode desencorajar o grande público, ávido por informações de rápida assimilação na Internet. No meio do texto, há um tipo de “box” que explica de maneira mais detalhada o que é a Faixa de Gaza, o que pode ser útil aos leitores que buscam informações sobre os conflitos com Israel. Contudo, o texto não chega a abordar esse conflito em nenhum momento, perdendo a oportunidade de fazer um contraponto importante a toda a desinformação referente ao tema que circula online. Apesar de conter indícios de um texto com informações abalizadas pela ciência – autores são especialistas na área, fontes estão claramente expressas e acessíveis ao leitor, cada artigo tem seu ISSN²³ – a roupagem acadêmica do conteúdo pode acabar sendo pouco atrativa para pessoas que não são do campo de atuação da história.

Comprovada a ineficácia em contrapor o discurso falseador do Brasil Paralelo sobre Israel, restou verificar se o Café História já havia citado, em alguma de suas publicações, as propostas revisionistas promovidas pela empresa. Assim, após uma busca do termo “Brasil Paralelo” na barra de pesquisa do site, foi possível encontrar pelo menos três publicações onde isso acontece: uma

²¹ Ver em <https://www.cafehistoria.com.br/departamento-de-historia-da-unb-transmite-aula-inaugural-sobre-conflito-palestino-israelense/>. Acesso: 28.jul.2024

²² Ver em <https://www.cafehistoria.com.br/soldados-brasileiros-na-faixa-de-gaza/>. Acesso: 28.jul.2024

²³ O ISSN é o código aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada. Esse número se torna único e exclusivo do título da publicação ao qual foi atribuído. É normalmente utilizado por editores, comunidade científica, bibliotecários e demais profissionais da área de informação.

entrevista com o historiador Luis Edmundo de Souza Moraes, estudioso do fenômeno do negacionismo²⁴; outra entrevista com a historiadora Neuma Brilhante, professora de História do Brasil na UnB, sobre o bicentenário da independência e os usos políticos do 7 de setembro, onde a entrevistada cita o Brasil Paralelo como um expoente da direita na proposição de um revisionismo histórico que reforça uma narrativa nacionalista da história do Brasil²⁵; e mais um artigo sobre negacionismo de autoria do professor do Departamento de História da UFRGS, Arthur Lima de Ávila, onde o Brasil Paralelo é citado várias vezes como principal iniciativa do cenário brasileiro a deturpar narrativas sobre temas como a ditadura militar e a escravidão²⁶.

Esses esforços, ainda que válidos, são escassos. A pergunta que fica é: será que eles conseguiram produzir algum impacto perante a audiência que é bombardeada pelas numerosas produções multimídia do Brasil Paralelo? Embora não haja esforço específico deste trabalho para responder essa pergunta, a resposta que nos arriscamos a dizer é: provavelmente não. Diante disso, como nós, historiadores, podemos causar um impacto mais contundente perante o público geral, nos meios digitais, para contrapor narrativas negacionistas? Como reforçar a necessidade do método para a construção do conhecimento histórico? Qual é o papel do historiador perante esse cenário de desinformação e *fake history*?

Historiador Divulgador

Vimos que a História Pública traz o viés do fazer colaborativo, principalmente nos meios digitais, onde um público de amplas proporções disputa narrativas históricas. Parte dele dissemina com frequência perspectivas enviesadas sobre o passado, que muitas vezes produzem desconhecimento para favorecimento político. Nesses espaços, critérios como credibilidade e autoridade dependem da capacidade de dominar as particularidades da linguagem digital e de alcançar grandes audiências. Esse cenário favorece situações em que a legitimidade do conhecimento científico, inclusive aquele produzido pelo historiador, é levemente questionada ou ignorada. (Teixeira e Carvalho, 2019).

No Brasil, apesar de temas históricos desfrutarem de grande popularidade, Teixeira e Carvalho (2019) consideram que historiadores não são a principal referência para o público. Para os autores, a história acadêmica e institucionalizada, tradicionalmente, deu mais ênfase à

²⁴ Ver <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-com-luis-edmundo-de-souza-moraes-sobre-negacionismo/>. Acesso: 29.jul.2024

²⁵ Ver <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Acesso: 29.jul.2024

²⁶ Ver <https://www.cafehistoria.com.br/o-bicentenario-da-independencia-e-os-usos-politicos-do-7-de-setembro-segundo-esta-historiadora/>. Acesso: 29.jul.2024

comunicação com os pares do que à divulgação do conhecimento histórico para as grandes audiências. Assim, jornalistas, veículos de mídia e criadores de conteúdo na Internet assumem os espaços de referência e acabam por determinar os temas e as discussões históricas circulantes no meio social. Isso porque, atualmente, eles dominam os recursos e as habilidades necessárias para falar com o público leigo.

Historiadores também precisam entrar nessas disputas de narrativas históricas, visto que eles têm as ferramentas necessárias para analisar as memórias de uma maneira crítica, através de um método científico, com conhecimento verificado pelos pares. Daí se dá a importância do que se chama de historiador divulgador, que, para Gomes (2019, p.96 e 97), têm “o papel de melhorar a qualidade do debate sobre temas históricos na esfera pública”. O autor defende que “o conhecimento acadêmico-científico produzido por eles se torna um antídoto para prevenir ações políticas mal-intencionadas, que usam memórias distorcidas e muitas vezes falseadas para construir um passado idílico”. Ou seja, é necessário reforçar a importância da função social do historiador na esfera pública enquanto profissionais habilitados para combater os falseamentos do passado por meio de análises aprofundadas das evidências históricas.

Não se trata de reivindicar um monopólio das narrativas históricas, mas de contrapor aquelas que não partem de problemáticas pertinentes e que fornecem referências identitárias de acordo com a expectativa do leitor, como a instrumentalização de mitos sobre a ditadura que é realizada no Brasil por negacionistas e até por autoridades políticas para alcançar fins escusos (Teixeira e Carvalho, 2019). Apesar de ser um contexto histórico amplamente conhecido e debatido pelos historiadores brasileiros, a ditadura não pode ser tratada como menor, porque ainda gera debates contundentes na esfera pública. Ou seja, o historiador divulgador é aquele que não se detém apenas a novos problemas, a perguntas históricas ainda sem respostas, mas também a temas já consolidados no campo historiográfico que ainda mobilizam o debate público (Carvalho apud Prost, 2019), para conseguir distinguir bem a opinião do fato e evitar que essas opiniões, reforçadas repetidas vezes com o auxílio dos meios digitais, não acabem sendo cristalizadas em verdades absolutas.

Assim, através da presença do historiador divulgador nos meios digitais, se colocando como mediador do conhecimento histórico e produzindo um formato de conhecimento adequado para esse espaço, pode-se construir uma História Pública que preza pelo rigor científico ao trabalhar a memória, contribuindo para o combate ao *fake history*. Como traz Barros (2022), é necessário aproveitar a oportunidade gerada pelos “novos” meios de comunicação, como o *YouTube*, X (antigo *Twitter*) e *Instagram*, que, por meio das suas ferramentas de engajamento (avaliar, curtir, comentar, responder, repostar, entre outras) permitem uma aproximação entre criadores de conteúdo e

audiência, criando uma identificação entre esses dois polos. Essas plataformas são os principais canais de divulgação da desinformação e, para o autor, precisam ser ocupadas pelas universidades para divulgar pesquisas sérias. Barros (2022, p. 80) diz que ainda que os historiadores devem aproveitar a oportunidade de abordar temas mais complexos com uma linguagem mais acessível e envolvente. Essa seria a tarefa da História Digital, pois “a ciência precisa combater a pseudociência nas mesmas plataformas nas quais esta última prolifera”.

Na sociedade digital, historiadores são conclamados a compreenderem que ela é tão importante quanto a pesquisa de ponta que se faz nas universidades. Para levá-la a efeito em um nível maior de penetração é preciso que o próprio historiador também se transforme, eventualmente, em um comunicador. Sua escrita precisa se renovar, se diversificar, se direcionar ora a diferentes tipos de público, ora a um faixa ampliada da população, ora aos já tradicionais pares acadêmicos” (Barros, 2022, p. 81).

Ainda há uma resistência dos historiadores em escrever numa linguagem mais acessível, como aponta Gomes (2019), e até um desinteresse em engajar na divulgação científica nos meios digitais, visto que esses textos on-line não são contabilizados pelas agências de financiamentos de pesquisa. Essa lógica da produção acadêmica, além do fato de que os historiadores nem sempre conhecem todos os recursos oferecidos pela internet, é um entrave para a presença desses atores no ambiente digital. Para superar a falta de domínio dos recursos digitais, o ideal é trabalhar de maneira coletiva, o que permite a troca de experiências sobre as variadas linguagens da internet e o formato de conteúdo para cada uma delas.

A estratégia de ocupar o espaço digital com conteúdo legítimo deve ser priorizada em detrimento ao debate direto com negacionistas, o que lhes daria a possibilidade de reconhecimento e abriria espaço para que eles adentrassem o fórum de discussão legítimo no campo da historiografia (Napolitano, 2021). Ao debater com negacionistas, o historiador pode ser vítima da retórica utilizada por eles de que as universidades estão repletas de doutrinadores da esquerda e todo o conteúdo produzido lá está contaminado por esse viés político-ideológico.

Considerações finais

A discussão sobre a História Pública Digital no Brasil, apesar de relativamente recente, impulsionou a criação de importantes iniciativas de divulgação de conhecimento histórico no espaço virtual, como o Café História, o canal de *Youtube* Leitura Obrigatória História e o site História da Ditadura. Esses três exemplos trazem um aspecto em comum: são projetos voluntários que surgiram da inquietação de seus criadores em divulgar as pesquisas que produziam. Apesar de esse ser um movimento fundamental da necessária figura do historiador divulgador, o apoio de

universidades e instituições que lidam com a produção do conhecimento histórico e a salvaguarda da memória precisa ser mais contundente no combate às narrativas revisionistas que promovem a contestação do saber histórico escolarizado.

A demanda social por “produtos históricos”, como livros, documentários e podcasts, sempre existiu e continua firme, vide o sucesso dos filmes revisionistas do Brasil Paralelo e de *best-sellers* como “1808”, do jornalista Laurentino Gomes. O que se precisa agora é que os historiadores ocupem seu devido lugar de principal referência perante o público interessado nesse tipo de conteúdo. Os espaços digitais tornam essa missão mais palpável, visto que antigas barreiras como acesso ao mercado editorial e midiático não são mais tão relevantes assim. O conteúdo pode ser compartilhado com o público diretamente na Internet, sem necessidade de mediação. Contudo, para que essa ação seja eficaz, historiadores precisam adquirir as habilidades necessárias para se comunicar com o público leigo nesse meio, considerando todas as suas particularidades, potencialidades e desafios.

Não há formação suficiente nas universidades que prepare o historiador para isso. Acostumados a comunicar suas pesquisas apenas com os pares, os historiadores precisam aprender a adaptar e simplificar a linguagem, sem medo de dano ao rigor científico da pesquisa. Analisando o Café História, uma iniciativa pioneira no campo da História Pública Digital, fica claro esse receio de simplificar. A comunicação ainda é distante e pouco atrativa para o público leigo, não usa técnicas de escrita para os meios digitais e não explora a possibilidade multimídia que a Internet oferece. No conteúdo online, a forma comunica tanto quanto o conteúdo, e o formato adotado pela iniciativa ainda segue um padrão mais próximo da academia do que dos produtores de conteúdo para os meios digitais.

Enquanto isso, o Brasil Paralelo emplaca suas narrativas revisionistas porque consegue dominar a linguagem necessária para alcançar as audiências. A empresa se faz presente em todas as redes sociais, fortalecendo sua marca e adquirindo autoridade no assunto, autoridade essa que pode ser confundida com legitimidade, causando danos severos ao debate público sobre diversos temas históricos. No caso de Israel, tema analisado na pesquisa, o Brasil Paralelo lançou, em outubro de 2024, um documentário²⁷ sobre a guerra contra a Palestina, aproveitando bastante o “momentum” da temática no debate público. O filme foi exibido na TV aberta pela Rede Record, alcançando um público ainda maior²⁸.

²⁷ Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=LK3ywVVk2xY>. Acesso: 28.jul.2025

²⁸ Ver em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/record-exibe-filme-da-brasil-paralelo-para-todo-o-brasil-na-tv-aberta>. Acesso: 28.jul.2025

Deixar de contrapor esse tipo de discurso falseador nos espaços em que eles são difundidos, como afirma Barros (2022), pode ser muito danoso a longo prazo. Os jovens em idade escolar, e até pessoas que não são nativas digitais, já utilizam o *YouTube* e o *TikTok* para pesquisar diversas temáticas. A supremacia do audiovisual impera sob o texto, tão caro aos historiadores. Ao mesmo tempo, como ressalta Napolitano (2021), discutir com os negacionistas diretamente pode não ser uma boa estratégia, sob o risco de dar-lhes espaço no debate historiográfico, quase como um convite. Iniciativas assim já despontam, como o Brasil para Lerdos, que se dedica a monitorar a atuação do Brasil Paralelo e expor seus vínculos com o bolsonarismo. O perfil do X, ativo desde janeiro de 2022, já conta com 67,4 mil seguidores. Embora o Brasil para Lerdos seja creditado como um “grupo de pesquisa”, a identidade de quem o compõe não é revelada. Portanto, não é possível saber a formação dessas pessoas.

Em abril de 2024, o Brasil para Lerdos esteve envolvido no projeto “Brasil Parasita”. A iniciativa, capitaneada pelo comunicador, historiador e professor Rodrigo Kenji, conhecido como Normose, em parceria com outros canais da Internet, foi lançada na semana em que se completou os 60 anos do golpe militar no Brasil. A campanha teve como objetivo combater a desinformação (especificamente a promovida pelo Brasil Paralelo) a partir de vídeos que usam a mesma estética dos conteúdos produzidos pela extrema-direita (que costumam circular pelo *WhatsApp*) para denunciar as estratégias comunicacionais negacionistas e revisionistas. Logo após o lançamento, o trailer ²⁹narrado por Normose para o projeto figurou entre os *trending topics* do país. As ações ainda incluíram podcasts e bate-papos no *Space* do X, tratando sobre a desinformação propagada pelo Brasil Paralelo não só na história, mas também na saúde, na política, entre outras áreas do saber.

Logo no começo do trailer, Normose fala com ironia “hoje eu quero te mostrar aquilo que a mídia te esconde... Talvez eu minta para você sobre os fatos, eu vou chamar falsos especialistas, distorcer os dados, mas fique tranquilo, é tudo em nome de combater o comunismo”, numa forma de apresentar os métodos utilizados pelo Brasil Paralelo. Ainda não conseguimos mensurar se essa estratégia mais aguerrida de combate à desinformação e outras similares a ela serão realmente efetivas perante o público cada vez mais conectado na Internet. Também não conseguimos analisar os danos e ganhos que esse embate direto com revisionistas ideológicos vai causar no debate historiográfico. Contudo, já podemos perceber novos caminhos do historiador-divulgador a partir do uso das ferramentas digitais.

Uma delas é a parceria com outros criadores de conteúdo, que muitas vezes são de outras áreas do saber. Outras são o foco na linguagem audiovisual e a divulgação do conhecimento

²⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=nNdy0-IIL34&t=1s>. Acesso: 29.jul.2024

histórico como entretenimento. Parece dar certo para Normose, que tem 102 mil seguidores em sua página do Instagram e 162 mil em seu perfil do X, num tempo em que número de seguidores dita a influência de uma pessoa na sociedade. O fato é que, nessa multiplicidade de discursos que versam sobre o passado de forma falseadora, influenciando a consciência dos sujeitos sociais sobre esse passado, os historiadores precisam elevar o nível do debate com produções que tenham legitimidade historiográfica, explicando a própria importância dessa legitimidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. Internet, Fontes Digitais e Pesquisa Histórica. In: José D'Assunção Barros. (Org.). **História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2022, v. , p. 101-119.

_____. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Aedos**. Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776> Acesso em: 09/05/2024.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

AVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso: 09/05/2024

BARBOSA, Cibele. Revisionismos e crimes contra a História. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022. p. 305-308.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

_____. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. **Revista de História**. Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 71-115, jan./jun. 2010

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196–219, 1 jan. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011>. Acesso em: 12 mai. 2024.

CARLO Ginzburg - Fronteiras do Pensamento. 2011. [S. l.: s. n] 1 vídeo (15 min). Publicado pelo canal Fronteira do Pensamento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zSE05nQ9ZmY>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Café História: Divulgação científica de História na web. In: Bruno Leal Pastor de Carvalho; Ana Paula Tavares Teixeira. (Org.). **História pública e divulgação de história**. 1ed.Belo Horizonte: Letra e Voz, 2019, v. 1, p. 85-105.

_____. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos**. “Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História. Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 07, pp. 35-53, Ano 03. set. 2016. Disponível em: . ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.25602.

_____. Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online. **Revista História Hoje**, v. 3, nº 5, p. 165-188, 2014. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/126>. Acesso em: 12 mai. 2024.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. Os lugares do historiador-divulgador. In: Bruno Leal Pastor Carvalho; Ana Paula Tavares Teixeira. (Org.). **História pública e divulgação de história**. 1ed.Belo Horizonte: Letra e Voz, 2019, v. 1, p. 6-9.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCCHESI, Anita. História Digital: Reflexões, experiências e perspectivas. In: Ana Maria Mauad; Juniele Rabêlo de Almeida; Ricardo Santhiago. (Org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. 1ed.São Paulo: Letra e Voz, 2016, v. 1, p. 123-137.

CAUVIN, Thomas. “A ascensão da história pública: uma perspectiva internacional”. In: **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 11, n. 23, maio/ago. 2019. p. 8-28. DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.v11i23.654>

_____. **Public History: A Textbook of Practice**. New York/London: Routledge, 2016.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

COHEN, Daniel J; ROSENZWEIG, Roy. **Digital history: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the Web**. Fairfax: Center for History and New Media, 2005. Disponível em: <http://chnm.gmu.edu/digitalhistory>. Acesso em: 30 mar. 2014

CORREIA, Lucas Mariani; OLIVEIRA, Eduardo Romero. Panorama Internacional das *Digital Humanities* e suas repercussões na área de História. In: OLIVEIRA, Eduardo Romero (Organizador). **Memória ferroviária e cultura do trabalho: Balanços teóricos e metodologias de ativação de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar – III**. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2022. 400 p 37-99.

COSTA, Marcella Albaine Farias da. Tecnologia, temporalidade e história digital: desafios e oportunidades para o ensino de História. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. 2015

FOREIGN POLICY RESEARCH INSTITUTE. A Nation Must Think Before it Acts: Of Fake News and Fake History Disponível em: <<https://www.fpri.org/article/2017/06/fake-news-fake-history/>>. Acesso em: 26 mai. 2024.

GARDNER, James; HAMILTON Paula, editors. **Oxford Handbook of Public History**. Oxford: OUP, 2017.

GOMES, Paulo César . História da Ditadura: Como tratar de regimes ditatoriais com o grande público. In: Bruno Leal Pastor de Carvalho; Ana Paula Tavares Teixeira. (Org.). História pública e divulgação de história. 1ed.São Paulo: Letra & Voz, 2019, v. 1, p. 93-103

HANSEN, P. Digital History e formação de historiadores: sugestões para um debate. **Anais Primeiro Simpósio Eletrônico Internacional de Ensino de História**: Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, 15 maio 2015.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

LUCCHESI, Anita. História Pública Digital: dois pitacos sobre outras histórias possíveis na Era Digital. **BOLETIM DO TEMPO PRESENTE** , v. 11, p. 36-43, 2022.

_____. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. **HISTÓRIA ORAL** , v. 17, p. 39-69, 2014a.

_____. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. **BOLETIM HISTORIAR** , v. 1, p. 45-57, 2014b.

LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Digital. Reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria e ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2017.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAYNARD, D. C. S. Passado Eletrônico: notas sobre história digital. **Acervo**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 103–116, 2016. Disponível em:

<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/726>. Acesso em: 5 abr. 2024

MENEZES, Sonia Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, v. 8, n° 15, p. 66-88 –2019.

MORAES, Luis Edmundo de Souza. “A negação existe exclusivamente porque ela é politicamente necessária e, como tal, a fraude é uma condição necessária para o negacionismo”. (Entrevista). In: **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-com-luis-edmundo-de-souza-moraes-sobre-negacionismo/>. Publicado em: 18 out. 2021. ISSN: 2674-5917.

NAPOLITANO, Marcos, Negacionismo histórico. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022. p. 216-219.

_____. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: Jaime Pinsky; Carla Pinsky. (Org.). **Novos Combates pela História** - Desafios no ensino. 1ed.São Paulo: Contexto, 2021, v. 1, p. 85-114.

NOIRET, Serge. História Pública Digital | Digital Public History. **Liinc em Revista**, v. 11, n. 1, 28 maio 2015.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015.

RICOEUR, Paul. **Memória, a História, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Cinthia Raquel de França. **“Vamos falar de História?”: Narrativas de golpe, negacionismos e falsificações do conhecimento histórico no Youtube**. 2023. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - Profhistória, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/26829/1/CinthiaRaquelDeFran%C3%A7aRodrigues_Dissert.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre a história oral e história pública. In: MAUAD, Ana Maria e ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SILVEIRA, Pedro Telles da. História, técnica e novas mídias: reflexões sobre a história na era digital. 2018. 375 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189249/001086242.pdf?sequence=1&isAllo>we. Acesso em: 23 jul. 2019.

SOUZA, Rosali Fernandez de; DUARTE, Rodrigo Aldeia. Sobre fake news e fake History. In: **REVISTA MÍDIA E COTIDIANO**. Expediente Revista Mídia e Cotidiano - v. 15, n. 3, set.-dez. 2021. Mídia e Cotidiano, v. 15, n. 3, p. I-IV, 30 set. 2021.

THEODORIDIS, N.. História Pública no Brasil e no mundo. In: 31º Simpósio Nacional de História, 2021, Rio de Janeiro. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História** [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia. São Paulo: ANPUH - Brasil, 2021. v. 01. p. 01-16.

Recebido em: 30 de abril de 2025

Aprovado em: 26 de junho de 2025